

AMEAÇAS DE MORTE A JUÍZES E OUTROS AGENTES PÚBLICOS SERÃO AVALIADAS POR COMISSÕES

Audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), da Câmara dos Deputados será realizada no dia 30 de agosto, (terça-feira), a partir das 14h, no plenário 8, para debater com entidades de várias carreiras de servidores do Estado a escalada de assassinatos, intimidações, destruição de provas e outros atos que visam à impunidade de grupos criminosos.

O evento ocorre dias após a execução da juíza Patrícia Acioli, com 21 tiros, na noite de 11 de agosto de 2011, em Niterói. Este crime brutal não foi um fato isolado. Dados coletados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) indicam que aproximadamente 100 juízes estão sob ameaça de morte no país hoje, sendo que 69 receberam ameaças, 13 estão sujeitos a situações de perigo e 42 andam escoltados. Só no Paraná 30 magistrados estão ameaçados de morte, o que representa 14% dos juízes criminais do Estado. No Rio de Janeiro, são 13 juízes nessa situação.

Autores dos requerimentos para a audiência pública, os deputados Domingos Dutra (PT-MA) e Alberto Filho (PMDB-MA), defendem uma rápida ação do Congresso Nacional no sentido de contribuir para a segurança da magistratura brasileira. “Se não houver uma resposta concreta do poder público, as ameaças poderão se concretizar com novas vítimas entre os magistrados jurados de morte, além de agravar a sensação de que a Justiça brasileira esteja refém dos criminosos”, alerta a Deputada Manuela d’Ávila, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Uma proposta que deverá ser debatida na audiência pública é a criação de um sistema de segurança específico para a magistratura. Outras propostas deverão ser analisadas e encaminhadas em seguida aos órgãos de segurança pública federais e estaduais.

Outros profissionais tem sido atingidos pela situação de insegurança em consequência do serviço público que exercem, como membros do Ministério Público, policiais, serventuários da Justiça, defensores públicos, auditores do trabalho, membros do Legislativo, entre outros.

Foram convidados para a audiência pública o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; a ministra do Superior Tribunal de Justiça e Corregedora Nacional de Justiça (CNJ), Eliana Calmon; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra; o procurador-geral da República (PGR), Roberto Gurgel; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Filgueiras Cavalcante Junior, o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), Gabriel Wedy; o presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar, Marcelo Weitzel Rabello de Souza; o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), André Luís Machado de Castro; e o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL), Carlos Eduardo Benito Jorge.

Assessoria da CDHM

Câmara dos Deputados – Anexo II, Sala 185 A, Telefone 61.3216.6570/1/2/3.